

--- SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO.-----

--- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e cinco, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Governo Civil, na cidade de Santarém, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- **Um**–APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois**–COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – ELEIÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS. -----

--- **Três**–CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL – ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA.-----

--- **Quatro**–PROJECTO DE REGULAMENTO DO CARGO DE PROVIDOR MUNICIPAL. -----

--- **Cinco**–DRINK *IV* – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PARA A REGIÃO DO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL NA QUINTA DA MAFARRA. -----

--- **Seis**–CRIAÇÃO DA EMPRESA “ÁGUAS DO RIBATEJO – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO DA LEZÍRIA DO TEJO, EIM”. -----

--- **Sete**–PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Lúcia Moreira Machado Santos Virtudes, António Carvalho Carreira, António Maurício Morgado D’Avó, António Xavier Martins da Rocha Pinto, Carla Andreia Costa

dos Santos, Carlos Manuel Luís Catalão, Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, Elmano de Almeida Matos, Eurico Mateus Guerra Saramago, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz Oliveira Pombo, João Luís Madeira Lopes, José António Pisco Borrego, José António Rajani Oliveira Dias, José Luís Marques Cabrita, José Manuel Gaspar, Leonel de Matos Martinho de Rosário, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Pedro Nuno Pimenta Braz, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vicente Carlos Flor Batalha e Vítor Manuel de Sousa Varajão. -----

--- Presidentes de Junta:-----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Eva Sofia Ferreira Quaresma Costa, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, Diamantino Carvalho Vicente, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, Francisco José Viegas Santos, Manuel João Narciso Bonifácio, António João Ferreira Henriques, Luís Manuel Graça Batista, Sebastião Morgado Ribeiro, Ricardo Luís da Costa, Luís Maria Severino Arrais, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha. -----

--- Verificaram-se as seguintes ausências:-----

--- Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, José António Coelho Madeira e Sebastião Morgado Ribeiro. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os seguintes deputados municipais: -----

--- João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, Ricardo Zarco Martinho do Rosário e Vasco Navarro da Graça Moura. -----

--- Do Executivo Municipal-----

--- Presenças: -----
--- Rui Pedro de Sousa Barreiro, Nuno Miguel Cardigos Fernandes, Manuel António dos Santos Afonso, Ramiro José Jerónimo de Matos, Idália Maria Marques Salvador Serrão Menezes Moniz, Joaquim Augusto Queiroz Frazão Neto e José Marcelino. -----
--- Ausências: -----
--- Maria Luísa Raimundo Mesquita e Henrique Manuel Soares Cruz. -----
--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----
--- De imediato, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação as **Actas** números **dezassex/duos mil e três, dezassete/duos mil e três, dezoito/duos mil e quatro e dezanove/duos mil e quatro**, tendo sido **aprovadas por unanimidade**. -----
--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia** com a intervenção do senhor **Mário dos Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, dando conhecimento de uma festa homenagem ao senhor Joaquim Mateiro, ex-Presidente da Junta de Freguesia do Pombalinho, convidando todos os presentes a se associarem a esta iniciativa. -----
--- Depois, usou da palavra o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, congratulando-se com o inicio das obras de recuperação da ponte das Fontainhas, bem como com o compromisso da Brisa em arranjar as estradas danificadas devido ao alargamento da auto-estrada entre Aveiras e Santarém. -----
--- Solicitou esclarecimentos sobre as “demarches” levadas pela Câmara no tocante a uma recomendação, aprovada por esta Assembleia, sobre a Candidatura do Ribatejo à designação de Rede Europeia do Ano. -----
--- De seguida, o senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção: -----
--- “Temos uma nova maioria na Assembleia da República, saída das eleições democráticas de vinte de Fevereiro. Ganhou o PS, com maioria absoluta que pediu ao Povo Português, que soube acorrer às urnas e dizer sem equívocos de sua justiça. E ganhou também a “Esquerda” na sua pluralidade, que ocupa agora quase sessenta por

cento de hemiciclo de São Bento.-----

--- Na sequência, vamos ter um novo Governo do Partido Socialista, chefiado pelo Eng.º José Sócrates, que para tal já foi indigitado pelo Sr. Presidente a Republica. Saúdo e felicito o Partido Socialista e os seus responsáveis, dou-lhes os parabéns, desejando-lhes que mudem o País, mas que o mudem para MELHOR, para que os Portugueses voltem a acreditar. Assim, ganhará o futuro e ganharemos todos.-----

--- Dentro do difícil, o PS conseguiu o mais fácil, a obtenção da sua primeira maioria absoluta. Agora, pela frente, o PS tem o verdadeiramente *mais difícil*: GOVERNAR BEM. Que assim seja!-----

--- Por isso, espero deste Governo que tenha finalmente em conta o Poder Local democrático, consignado na Constituição da Republica, uma das conquistas do “25 de Abril”, que, apesar de tudo, incluindo erros próprios (e o pior cego é o que não quer ver!), tanto tem vindo a contribuir para o desenvolvimento e a transformação do País. Que o Poder Local seja para o novo um “parceiro insubstituível”.-----

--- Começando por uma nova Lei das Finanças Locais, que defina de uma vez por todas competências e os respectivos meios financeiros. Neste capítulo, aliás, sempre defendi que nela deve ser tido em conta um índice, para o funcionamento dos equipamentos, porque se construí-los é difícil, muito mais difícil é mantê-los em funcionamento e actividade ao das populações (depois, lá vem a eterna discussão sobre as despesas correntes...).-----

--- Se a composição plural dos Executivos Municipais se deve manter, como melhor garantia de um funcionamento mais representativo e democrático, a limitação de mandatos é uma necessidade que se impõe, para que, a rotina se não instale, e a prepotência, o caciquismo e o abuso de poder, por vezes a corrupção, não surjam e se perpetuem com a corte de vícios e interesses confusos que se instala e começa a ser visível e prejudicial ao regime democrático, às populações e ao País.-----

--- Há anos que eu protesto que, ao arrepio da Constituição da República, se tenha criado na prática outro órgão autárquico, para além da Câmara e da Assembleia Municipal, que

é o Presidente da Câmara, que não está consignado e exista cada vez com mais força. Ninguém em Portugal tem neste momento mais poderes efectivos que um Presidente da Câmara, os próprios mais os que a Câmara lhe entrega. É uma autêntica “ditadura do Presidente da Câmara”.-----

--- Esta situação tem que ser clarificada e equilibrada, para um mais correcto exercício do Poder Local democrático. -----

--- Depois, a Assembleia Municipal, um autêntico verbo de encher, perdoem-me a expressão, mas tornou-se num órgão, não deliberativo, como a lei define, antes num órgão burocrático-administrativo, para sancionar apenas aquilo de que a Câmara necessita. O resto, apesar dos esforços e das melhores boas vontades, é palha, sem efeito nem eficácia. Os deputados municipais falam para o boneco, e eu aqui provei por a mais b que assim é. Há défice democrático no relacionamento entre a Câmara e esta Assembleia. A Câmara Municipal (por mais que diga o contrário, é sua prática que interessa, e essa deixa tudo a desejar...) quer uma Assembleia Municipal domesticada, passiva, que discuta mas não faça ondas, que não faça propostas nem recomendações, cujo destino é o caixote do lixo, ou o arquivo dos pendentos *sine die*... Há que mudar a lei e dar mais competências efectivas à Assembleia Municipal, (incluindo a introdução da figura da “Monção de Censura construtiva”), para que cumpra a sua função de verdadeiro órgão deliberativo do Município! Como está não pode continuar. -----

--- Depois as Freguesias não podem continuar a ser ignoradas, esquecidas, toleradas, sem uma política definida, que tenha em conta o insubstituível e riquíssimo papel por elas desempenhado, num contributo de serviço público inigualável em Portugal, na esmagadora maioria dos casos. Nesta matéria, há quase tudo a mudar, e durante a campanha eleitoral, a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), se bem que sem o ênfase e a força necessárias, trouxe para o debate as questões centrais com que as Freguesias se debatem. -----

--- Competências e Meios, Regime de Permanência para os Eleitos, Estatuto dos Eleitos, reforçando a independência e autonomia das Freguesias, como célula base e mãe do

Poder Local democrático, aquelas que estão mais próximas das populações, a estas mais intimamente ligadas, a quem se recorre logo vinte quatro horas por dia. O concelho de Santarém, por exemplo, tem vinte e nove Autarquias, a Câmara mais as vinte e oito Juntas de Freguesia. Mas, na prática, as nossas freguesias continuam a ser os parentes pobres.....

--- Isto tem que mudar, para dignificação e eficiência do Poder Local, para que com uma nova postura, todos ganhem. E a hora é de esperança, e nem sequer é exigir muito, é apenas exigir o óbvio. -----

--- Neste contexto, precisamos saber também, e isso é nuclear, o que este novo Governo pensa e vai fazer, sobre a descentralização (que tipo de descentralização?) e a Regionalização (sobre esta matéria, o deputado Jorge Lacão já afirmou “que não é prioridade política do PS”). -----

--- O distrito de Santarém é uno, e as duas Comunidades Urbanas (Lezíria e Médio Tejo) existentes, devem reunificar-se, para projectar e dar grandeza ao distrito e à Região. -----

--- Por último, acerca do processo “ALVIELA”, é imperioso que o Sr. Primeiro Ministro, Eng.º José Sócrates, escolha um bom Ministro do Ambiente, ele que já tutelou a pasta, conhece bem a questão, muito antes de ser Ministro. Fazemos votos para que o Ministro do Ambiente por si escolhido resolva de uma vez por todas a questão, “que já cheira mal”, para que finalmente o “ALVIELA” deixe de cheirar mal. -----

--- Este é um primeiro “Caderno Reivindicativo”, um esboço de preocupações e princípios, que, como Autarca, endereço ao novo Governo e à nova Maioria”. -----

--- Usou, a seguir, da palavra o senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, apresentando os parabéns às senhoras vereadoras Idália Moniz e Luísa Mesquita recentemente eleitas deputadas à Assembleia da República. -----

--- Alertou para a necessidade de serem retirados pelos serviços da Câmara os objectos existentes nas traseiras da Junta de Freguesia. -----

--- Solicitou esclarecimento em relação ao licenciamento da Betecna de modo a esta

poder continuar a laborar. -----
--- Manifestou a sua satisfação com a gestão levada a cabo pela Administração do Hospital de Santarém que apresentou um saldo positivo. -----
--- Interveio, depois, o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, referindo-se ao Fórum Santarém, solicitando esclarecimentos em relação à construção de habitações sociais, destacando que as notícias vindas nesta revista em relação a Casével não são correctas, uma vez que a única que foi construída foi à custa da sua Junta..-----
--- Seguidamente, tomou a palavra o senhor **Leonel Martinho do Rosário** salientando que o Partido Socialista regista de um modo grato as palavras gratas e estimulantes como o senhor Vicente Batalha se referiu ao PS e às eleições. -----
--- Considerou estarem reunidas condições para que uma efectiva mudança resulte no nosso país para bem de todos nós. -----
--- Foi dada a palavra, de seguida, ao senhor **Aires Lopes** que alertou para a necessidade de haver transportes públicos durante os fins-de-semana e semanalmente até às vinte e três horas, de modo a satisfazer os anseios das populações. -----
--- Salientou que o Conselho Municipal de Segurança apenas reuniu duas vezes, durante este mandato. -----
--- A seguir, interveio o senhor **Basílio Oleiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Arneiro das Milhariças, questionando se os projectos de modernização administrativa são elaborados pela Câmara ou por uma Empresa particular. -----
--- Usou, novamente, da palavra o senhor **Mário Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, que alertou para os problemas da circulação de trânsito, junto da Igreja de Marvila, causados pelas obras de saneamento no centro histórico, salientando que a sinalização é alterada pelo empreiteiro. -----
--- Interveio, depois, o senhor **Cláudio Sarmento** felicitando o Partido Socialista pela vitória obtida nas últimas eleições. -----

--- Quis saber para quando é que se perspectivam o início das obras nas caves de Vale de Estacas. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Presidente da Câmara** que começou por esclarecer que o assunto das obras das caves em Vale de Estacas foi abordado recentemente em reunião de Câmara, salientando que esta intervenção será incluída em próxima revisão orçamental. -----

--- Referiu desconhecer qualquer problema em relação à Betecna que continua a laborar dentro da sua normalidade.-----

--- Quanto ao Conselho Municipal de Segurança, avançou que irá criar condições para que o mesmo reúna dentro em breve.-----

--- No tocante ao transportes públicos, esclareceu estarem a ser desenvolvidos alguns estudos no âmbito da Comunidade Urbana relativamente a esta matéria. -----

--- Esclareceu em relação à modernização administrativa ter havido uma empresa que contactou a Câmara relativamente a uma proposta concreta de um balcão virtual, referindo que as Juntas são autónomas para realizarem as candidaturas que acharem convenientes.-----

--- Terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, deu-se início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Vítor Oliveira**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, que quis saber qual o ponto de situação do projecto Almargem. -----

--- Perguntou que medidas foram tomadas no âmbito do RECRIA com vista à divulgação deste programa. -----

--- Referiu que a Igreja de Santa Iria se encontra numa fase bastante degradada, questionando se existe algum plano com vista à sua recuperação. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Diamantino Carvalho Vicente**, Presidente da Junta de Freguesia de Casével, perguntando em relação à construção dos noventa e cinco fogos se os cinquenta por cento de execução incluem a freguesia de Casével. -----

--- Solicitou esclarecimentos no tocante à beneficiação do caminho municipal mil trezentos e trinta e nove. -----

--- Usou, depois, da palavra o senhor **António Simões Duarte**, Presidente da Junta de freguesia de Alcanhões, estranhando não ver referido no documento em apreço a reunião conjunta havida com a REFER, destacando a importância do assunto ali abordado. -----

--- Perguntou qual situação da variante à estrada nacional trezentos e sessenta e cinco. --

--- De seguida, interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** perguntando o que está previsto fazer na área do bairro dezasseis de Março com o estudo prévio já realizado. ----

--- Congratulou-se com intervenção da Câmara na limpeza das barreiras de Santarém na zona envolvente da Fonte das Figueiras, perguntando se é uma situação pontual ou para prosseguir.. -----

--- Tomou a palavra, seguidamente, o senhor **Mário Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, solicitando que seja fornecido à sua Junta os elementos referentes à abertura de propostas para arruamentos em Marvila. -----

--- Perguntou se as obras de conservação do prédio no Terreirinho das Flores estão a ser efectuadas a cargo da Câmara de Santarém. -----

--- Depois, o senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- “Neste Mandato, esta Assembleia reuniu duas vezes extraordinariamente por sua própria decisão, uma sobre o “Teatro Rosa Damasceno”, e outra, sobre o processo das “Barreiras de Santarém”. -----

--- Será importante que o senhor Presidente dê a conhecer os desenvolvimentos e o ponto da situação de ambos os processos tão importantes para o concelho, que justificaram a

intervenção directa deste plenário.-----

--- Ainda outro assunto, que continua a não ter qualquer referência nesta informação, à semelhança, aliás, das anteriores, e muitas vezes aqui tenho vindo a insistir nele, prende-se com a Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes.-----

--- Na intervenção do Gabinete de Desenvolvimento Económico mais uma vez nada consta, mas a Assembleia Municipal dá-nos nota da recepção de um ofício da Assembleia de Freguesia de Pernes, a remeter uma Moção aprovada por unanimidade (e sublinho, unanimidade) na sua última sessão, e que conclui assim: “exigir da Câmara Municipal de Santarém a clarificação imediata do processo da Zona de Desenvolvimento de Pernes, vital para o crescimento da Freguesia e da Região”.-----

--- É uma matéria sobre a qual o senhor Presidente da Câmara não pode deixar de se pronunciar, pelo que espero respostas claras a esta questão que se arrasta inexplicavelmente, e tão decisiva é para o futuro de Pernes, das Freguesias limítrofes e do concelho no seu todo harmonioso e sustentável.”.-----

--- Usou da palavra, depois, o senhor **Presidente da Câmara** informando que o projecto Almargem tem intervenções com alguma complexidade daí haver necessidade de separar a segunda fase em subfases, acrescentando estarem garantidos os respectivos meios financeiros.-----

--- Quanto à Igreja de Santa Iria referiu existir um projecto já elaborado, salientando ser intenção da Câmara incluir numa candidatura.-----

--- Esclareceu que os cinquenta por cento das habitações sociais dizem também respeito a Casével.-----

--- Relativamente ao caminho municipal mil trezentos e trinta e nove, disse haver necessidade de laborar um projecto global com vista a uma futura intervenção.-----

--- No que concerne à estrada nacional trezentos e sessenta e cinco, salientou estar previsto o lançamento do respectivo concurso ainda este ano.-----

--- Em relação ao bairro dezasseis de Março, adiantou existir um projecto de arquitectura

- para a requalificação daquele espaço, estando a ser equacionada a questão financeira.----
- Referiu que as intervenções nas barreiras de Santarém são para continuar. -----
- No tocante ao edifício no Terreirinho das Flores, disse ser um processo que está a ser acompanhado pela Câmara Municipal, acrescentando que o proprietário já foi devidamente notificado em relação às obras que estão a decorrer.-----
- Quanto à Zona de Desenvolvimento Económico de Pernes, informou ter sido aprovada em reunião de Câmara a venda de um espaço municipal para ampliação das “Águas de São Silvestre”.-----
- A seguir, interveio a senhora **Ana Lídia Virtudes** perguntando se a revitalização do centro histórico está a ser pensada com a necessidade urgente de fixar população mais jovem neste local. -----
- Depois, retomou a palavra o senhor **António Rocha Pinto** dando conta ter apresentado na Mesa alguns pedidos de esclarecimentos à Câmara Municipal.-----
- Interveio, novamente, o senhor **Mário Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, salientando não ter ficado esclarecido quanto à abertura das propostas. -----
- A seguir, o senhor **Presidente da Câmara** esclareceu ter todo gosto em disponibilizar toda a informação relativa à abertura de propostas de arruamento em Marvila..-----
- Referiu que a revitalização do centro histórico passará pela manutenção dos actuais habitantes nesse local, bem como por atrair novos casais para ali morarem. -----
- *Este ponto não carece de qualquer votação.*-----
- **PONTO DOIS – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – ELEIÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS.**-----
- Pelos Líderes dos Partidos Políticos foi apresentada uma proposta indicando os nomes de António Gomes da Silva Veiga (PS), Ana Cristina Saramago (PSD), Dilma Maria Santos Ferreira Baudoin Madeira Lopes (CDU) e Lúcia do Nascimento Morais

(CDS-PP), para integrarem a Comissão Alargada de Protecção de Criança e Jovens em Risco. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** solicitou, dado haver consenso relativamente aos nomes indicados, a dispensa da eleição por escrutínio secreto, tendo o plenário, por unanimidade, concordado. -----

--- De imediato, foi a proposta em epígrafe submetida a votação, tendo sido os nomes acima indicados **eleitos por unanimidade**. -----

--- **PONTO TRÊS – CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL – ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA**. -----

--- Pelos Líderes dos Partidos Políticos foi apresentada uma proposta indicando o nome de José Ílidio da Fonseca Freire – Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, para integrar o Conselho Cinegético Municipal.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** solicitou, dado haver consenso relativamente ao nome indicado, a dispensa da eleição por escrutínio secreto, tendo o plenário, por unanimidade, concordado. -----

--- De imediato, foi a proposta em epígrafe submetida a votação, tendo sido o nome acima indicado **eleito por unanimidade**.-----

--- **PONTO QUATRO – PROJECTO DE REGULAMENTO DO CARGO DE PROVIDOR MUNICIPAL**.-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Novembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta de **Regulamento do Cargo de Provedor Municipal**, nos termos das alíneas o) e p), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”. -----

--- Dada a inexistência de intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a

votação a proposta de **Regulamento do Cargo de Provedor Municipal**, nos termos das alíneas o) e p), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por unanimidade**.----

--- **PONTO CINCO – DRINK IN – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PARA A REGIÃO DO PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL NA QUINTA DA MAFARRA.**-----

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de vinte de Dezembro de dois mil e quatro, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da proposta da **Drink In - Declaração de Interesse para a Região do Projecto de Construção de uma Unidade Industrial na Quinta da Mafarra**, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro”.----

--- Interveio o senhor **Leonel Martinho do Rosário** lembrou que na altura da instalação desta unidade fabril em Santarém a mesma foi considerada de interesse para a região, sublinhando que o Partido Socialista mantém a sua posição favorável a esta petição. ----

--- Depois, usou da palavra o senhor **José Luís Cabrita** considerando que o anexo um do Contrato de Concessão aos Benefícios Fiscais não é um documento completo uma vez que só vem mencionado os anos de dois mil e dois mil e um. -----

--- Salientou que a CDU em coerência com a anterior deliberação não poderá tomar outra que não seja a abstenção.-----

--- A seguir, tomou a palavra o senhor **Helder Pombo** tecendo algumas considerações relativamente ao pedido em apreço, historiando um pouco o processo acerca da vinda desta fábrica para Santarém.-----

--- Referiu ser a favor, tal como o PSD, do investimento privado, assim como da vinda de riqueza para o concelho, considerando, no entanto, que deveria ser equacionada a

justeza desta pretensão, relativamente a outras empresas instaladas em Santarém.-----

--- Por último, interveio o senhor **Eurico Saramago** para referir que depois das dúvidas esclarecidas o PSD está de acordo com a proposta apresentada. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação o pedido da **Drink In - Declaração de Interesse para a Região do Projecto de Construção de uma Unidade Industrial na Quinta da Mafarra**, nos termos da alínea h), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **deliberado por maioria**, com trinta e seis votos a favor, zero votos contra e sete abstenções, **considerar o projecto em causa de interesse para esta região**. -----

--- **PONTO SEIS – CRIAÇÃO DA EMPRESA “ÁGUAS DO RIBATEJO” ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DA LEZÍRIA DO TEJO, EIM.**

--- Pela Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária de dez de Janeiro de dois mil e cinco, cabe-me propor à Exm^a. Assembleia a apreciação da Proposta de **Criação da Empresa “Águas do Ribatejo” Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM**, nos termos do artigo sessenta e quatro, número seis, alínea a), conjugado com a alínea 1), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, bem como de acordo com a Lei número cinquenta e oito/noventa e oito, de dezoito de Agosto”.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor **Pedro Braz** que referiu que o PS acredita no projecto “Águas do Ribatejo” o qual permite aproveitar uma tipologia de fundos comunitários que de uma outra forma não poderiam ser aproveitados. -----

--- Destacou ser um projecto para o concelho que prevê um investimento de seis milhões de contos para o saneamento básico em quatro anos, assim como ao nível da captação e

armazenamento de água. -----

--- Considerou ser um desafio à interacção entre concelho relativamente às necessidades básicas e aos projectos comunitários intermunicipais. -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- A proposta que hoje nos é apresentada, aprovada pela maioria do Executivo Municipal – Partido Socialista e Partido Social Democrata, mais não é do que uma proposta de privatização dos Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- A apreciação da proposta do Executivo Municipal não pode nem deve, ser desenquadrada das políticas nacionais e internacionais seguidas, nos últimos anos, de cedência às pressões do poder económico, visando a privatização dos serviços de água, pois, independentemente da fórmula societária escolhida e da distribuição do capital social da empresa, ÁGUAS DO RIBATEJO, pouco ou nada diverge doutras empresas similares constituídas no nosso País como a “Águas do Douro e Paiva, a “Águas do Algarve”, etc., surgidas na sequência da remoção das defesas legais do direito público aos serviços de águas. ----- ”

--- Importa ter presente que:-----

--- Para obterem a privatização dos serviços de água, as transnacionais actuam em grupos de pressão fortíssimos junto dos órgãos de poder supranacionais, sobretudo os financeiros, utilizando instrumentos como os acordãos internacionais de comércio e a Directiva Quadro da Água da União Europeia para a penetração na mercantilização da água. -----

--- A privatização dos serviços de água, significa claramente uma enorme cedência de poder político, em favor do poder económico, nomeadamente das transnacionais que, actuando mais como corporações do que em concorrência, já dominam de facto a política mundial da água. -----

--- Por mais que se diga em contrário, a proposta que agora nos é apresentada surge na sequência, para além da remoção das barreiras legais à privatização dos serviços de água,

ao alijamento da responsabilidade do Estado de prestar os serviços de água aos cidadãos, concessionando a longo prazo as infra-estruturas e os serviços, a empresas privadas para exploração comercial.-----

--- A constituição e a concessão a Sociedades Anónimas, ainda que de capitais públicos ou maioritariamente públicos, da exploração do sistema de abastecimento ou de águas residuais mais não é do que uma “privatização formal” a caminho de um privatização efectiva, pois está pronta para ser privatizada pela alienação de cotas.-----

--- Os sucessivos Governos, têm vindo a pressionar as Câmaras Municipais no sentido da privatização dos serviços de água.-----

--- Com efeito, o Poder Local, em Portugal, tem sido vítima de um conjunto de pressões as quais se traduzem no estrangulamento da capacidade de investimento Autárquico, nomeadamente através:-----

--- Da redução das transferências do orçamento do Estado;-----

--- Da total dependência em relação ao poder central para o acesso aos fundos de coesão.

--- De restrições fortíssimas ao acesso ao crédito;-----

--- E de pressões através de normativos, contendo:-----

--- Exigências legais sobre a qualidade e controlo da água distribuída, ao mesmo tempo que se degradam as origens da água, da competência da administração central.-----

--- Dificuldades ou recusa de licenciamento de captação ou descarga, designadamente impedindo a construção e estações de tratamento de águas residuais.-----

--- Ao mesmo tempo, através do Orçamento do Estado e do Fundo de Coesão, os Governos vêm participando largamente nos investimentos dos “sistemas multimunicipais” geridas por empresas, enquanto é negado o acesso ou muito substancialmente reduzido a autarquias que pretendam manter as competências e o serviço público.-----

--- Neste quadro, a criação da Empresa ÁGUAS DO RIBATEJO e a concessão a esta, por um período de quarenta anos, a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água para consumo público e saneamento dos municípios e, no caso concreto, do

município de Santarém, mais não representa do que a entrega de um serviço público essencial a uma empresa privada para que esta o explore e dele obtenha lucro. -----

--- E não se diga que os interesses dos Municípios e por conseguinte dos cidadãos estão acautelados pois, neste caso como noutros, pouco importa que os Municípios detenham a maioria do capital social da empresa. -----

--- É um facto que o capital detido pelos parceiros públicos se encontra disperso por nove municípios e pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, enquanto que a parceira privada será uma única. Mesmo que mais, sem dúvida que elas estarão unidas no seu objectivo de obtenção do máximo lucro.-----

--- Já, em relação aos Municípios, temos sérias dúvidas que, ao longo de todo a vigência do contrato de concessão eles estejam unidos. Todos sabemos o quanto é fácil esquecer as obrigações públicas e como facilmente se muda de opinião. Veja-se o que ocorreu em todo este processo, no Município de Santarém, com o partido Social Democrata que numa posição radicalmente contra evoluiu para uma assim assim, finalmente, para a viabilização da proposta, sem que, ao contrário do afirmado estejam garantidas todas as condições que colocam. -----

--- Da leitura dos documentos que nos foram apresentados, nomeadamente dos Estatutos, do Acordo Parassocial e do Acto de Delegação, é claro que o objecto da empresa é:

--- A obtenção de índices de produtividade compatíveis com os padrões internacionais; -

--- Que os novos investimentos estarão subordinados a critérios de decisão empresarial designadamente em termos de taxa de rentabilidade, período de recuperação do capital e grau de risco;-----

--- Adequação dos recursos financeiros à natureza dos activos a financiar; -----

--- Veja o caso da sede da empresa, cuja localização não está garantida em Santarém, já que o concelho de Administração a pode colocar em Município Limítrofe conforme consta do numero dois dos Estatutos. -----

--- Compatibilidade da estrutura financeira com a rendibilidade da exploração e com o grau de risco da actividade;-----

--- Desenvolver a sua actividade, assente em critérios de racionalidade económica. -----

--- Se nada temos a objectar quanto a alguns dos objectivos definidos já temos sérias dúvidas que todos eles possam ser aceites num serviço público, ainda por demais um serviço público essencial. -----

--- Da simples leitura do enunciado de objectivos da empresa claro fica que, investimentos em freguesias e lugares de pouca densidade populacional não serão feitos no futuro já que, seguramente, eles não obedeceram aos critérios de racionalidade económica. -----

--- Mesmo que projectados, estamos certos que, seguindo a lógica de que os novos investimentos estarão subordinados a critérios de decisão empresarial, designadamente em termos de taxa de rentabilidade, período de recuperação do capital e grau de risco, o preço a pagar por eles pelas populações serão tão elevados, que serão incomportáveis. ---

--- E não se diga que assim não será pois, no acordo parassocial está expresso claramente que os municípios se comprometem a: -----

--- “...sobrepôr os seus interesses comuns e os da Águas do Ribatejo ao seu interesse individual ou de terceiros.” -----

--- O Município de Santarém – assim como os demais – delega numa empresa competências que até aqui eram exclusivamente suas, o que não deixa de ser contraditório com que o que tem sido reivindicado pelo poder Autárquico que tem reclamado a transferência de competências da Administração Central. -----

--- Perante este caso importa perguntar para quê? Para de seguida as transferir para uma qualquer empresa existente ou a constituir? -----

--- Todos os documentos que nos foram apresentados evidenciam claramente que, o Município de Santarém, irá alienar os seus direitos de propriedade e de poder de decisão público. -----

--- Mas, na nossa opinião, resultante da leitura dos documentos que nos foram apresentados, os interesses do Município de Santarém não se encontram, devidamente salvaguardados. -----

--- Com efeito, em termos Municipais, o Município de Santarém será, o maior accionista, sem que tal participação no capital social resulte em poder efectivo.-----

--- Todo o poder está delegado na empresa privada que, nomeará o administrador delegado. -----

--- Porque esta é uma questão fundamentalmente politica não iremos perder tempo com o estudo de viabilidade económica e financeira. -----

--- De qualquer forma, importa referir que ele evidencia claramente uma sobrecarga financeira para os Municípios mas fundamentalmente para os Cidadãos dos concelhos abrangidos. -----

--- Para terminar não resisto à tentação de citar algumas partes de um artigo da autoria de um conhecido politico Português, publicado há pouco mais de um ano, num semanário nacional, sobre as questões da água.-----

--- Escrevia então o politico em causa:-----

--- “A água – essencial à sobrevivência do homem e de todos os seres vivos no planeta – deve ser considerada como um bem comum da humanidade e, por isso, também um direito humano fundamental.”-----

--- A água é um bem cada vez mais escasso – veja-se o que se passa em Portugal onde um terço do seu território já está ameaçado pela desertificação – as medidas a implementar deveriam ser no sentido de dificultar as formas de apropriação e privatização da água, através das multinacionais, que consideram a água como uma mercadoria igual a todos os outros produtos de consumo. -----

--- A água é como o ar que se respira. Sem água dificilmente se sobrevive. Daí que a água além de bem comum deve ser considerada um serviço público detido e prestado pelo Estado e pelas comunidades locais e regionais que sempre a administraram aos utentes em muito boas condições e a muito mais baixos preços. -----

--- A globalização neoliberal – responsável pelo empobrecimento de tantos países e pela imensa barreira que, cada dia, cava mais fundo o fosso que separa os pobres dos ricos – tem vindo a defender e promover a ideia, que se tornou quase um dogma, de que as

empresas privadas gerem melhor mesmo os bens considerados de utilidade e interesse público não está demonstrado. Pelo contrário. -----

--- O político que acabei de citar não é o meu camarada Álvaro Cunhal mas o Dr. Mário Soares. -----

--- O Município de Santarém, privatizando o abastecimento de água está a vender o poder de cobrar direito à vida de cada cidadão e em simultâneo uma influência importantíssima sobre a utilização comum da água e do território. -----

--- É a venda de um feudo que inclui Homens, Natureza e Território, para que um grupo capitalista os explore e deles obtenha o máximo lucro. -----

--- Aquilo que se está a pretender fazer é nem mais nem menos de que entregar à Empresa Águas do Ribatejo o direito de vender a cada um “o direito à vida.”. -----

--- Interveio, a seguir, o senhor **Ricardo Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia de Baixo, lembrando que o projecto “Águas do Ribatejo” apresentado na Câmara há cerca de um ano mereceu, na altura, o voto contra do PSD devido à má condução de todo este processo. -----

--- Criticou que o Executivo Municipal liderado pelo PS durante os últimos trinta anos tenha descorado o saneamento básico no concelho de Santarém, destacando a baixa taxa de cobertura. -----

--- Salientou que o PSD disponibilizou-se, aquando da discussão deste projecto, para o viabilizar caso tivessem sido aceites as sugestões formuladas por este Partido, destacando a falta de dialogo do senhor Presidente de Câmara em relação a este processo. -----

--- Esclareceu que o PSD irá viabilizar este projecto com base na aceitação das propostas apresentadas, considerando ter havido com estas alterações uma vitória do concelho de Santarém. -----

--- A seguir, no uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** referiu no tocante à taxa de saneamento básico que Santarém se situa nos setenta por cento de cobertura ao nível do concelho, ou seja o dobro dos concelhos de Ourém e de Tomar. -----

--- Salientou que a Lei acautela os direitos e regalias dos trabalhadores que sejam objecto de transferência para uma empresa intermunicipal. -----

--- Discordou que se confunda uma empresa desta dimensão com a problemática do abastecimento de água, lembrando que a mesma visa essencialmente o saneamento básico. -----

--- Questionou em que outro cenário se encontram disponíveis trinta milhões de euros para investir em saneamento básico, em quatro anos, sem a criação desta empresa. -----

--- Manifestou a sua discordância relativamente à intervenção do senhor José Luís Cabrita no tocante às privatizações, considerando que o facto das autarquias disporem da maioria do capital da empresa intermunicipal é de louvar. -----

--- Interveio, seguidamente, o senhor **Luís Arrais**, Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau, perguntando porque razão este assunto apenas foi trazido à Assembleia seis meses depois das sugestões apresentadas pelo PSD terem sido aceites. -----

--- Questionou também qual o valor patrimonial dos Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- Retomou a palavra o senhor **José Luís Cabrita** prestando breves esclarecimentos em relação à sua anterior intervenção. -----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** salientando que o PS sempre considerou ser esta a única solução existente para resolver um conjunto de problemas em matéria de saneamento básico, destacando estarem já garantidos apoios do fundo de coesão que poderão permitir investimentos de grande importância para o concelho de Santarém. -----

--- Esclareceu haver a possibilidade de resolver em apenas quatro anos a questão do saneamento básico, assim como dispor de uma empresa que solucione cabalmente os problemas da região. -----

--- Sublinhou ser a empresa “Águas do Ribatejo”, no seu entender, a melhor solução para Santarém, lembrando que o próximo quadro comunitário de apoio vais ser muito mais

exigente na selecção de projectos. -----

--- Referiu que a não concretização desta empresa iria certamente limitar investimentos nas áreas da educação, da saúde e da cultura, considerando que aquilo que se está a discutir tem a ver com o desenvolvimento estratégico do concelho. -----

--- Concluiu, esclarecendo não haver qualquer perda patrimonial relativamente aos Serviços Municipalizados de Santarém.-----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a proposta de **Criação da Empresa “Águas do Ribatejo” Abastecimento de Água e Saneamento da Lezíria do Tejo, EIM**, nos termos da alínea l), do número dois, do artigo cinquenta e três, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta votos a favor, nove votos contra e nove abstenções.-----

--- O senhor **José Luís Cabrita** considerou a sua intervenção Declaração de Voto. -----

--- Pelo senhor **Eurico Saramago** foi efectuada a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Que a jóia da coroa do município progrida e que em tempo de crise vão os anéis e fiquem os dedos”. -----

--- Pelo senhor **Mário Santos**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, foi proferida a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Votei favoravelmente o projecto pelas alterações introduzidas e porque entendo como autarca que a minha freguesia irá tirar benefícios”. -----

--- **PONTO SETE – PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES ENTREGUES NA MESA ATÉ AO INÍCIO DO PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**. -----

--- ----- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi apresentado o seguinte Voto de Pesar:

--- “A opinião pública foi hoje confrontada com a trágica morte de quatro bombeiros, no combate a um incêndio em Mortágua.-----

--- Perante o facto, que todos lamentamos, onde uma vez mais, e infelizmente, se cumpriu o lema dos soldados da paz, “vida por vida”, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em sessão ordinária, de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e cinco, deliberou expressar um profundo e sentido voto de pesar pelo infausto acontecimento, e endereçar as condolências às Autarquias e Corporações de Bombeiros enlutadas, envolvendo as respectivas famílias num abraço de solidariedade.”. -----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** referindo que situações desta natureza deve unir-nos num voto de solidariedade por aqueles que tombam em defesa da causa pública. -----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar tendo sido **aprovado por unanimidade e aclamação**.-----

--- Pelo senhor **Vicente Batalha** foi apresentada a seguinte Moção:-----

--- “A poluição do RIO ALVIELA tem vindo há mais de trinta anos a condicionar e impedir o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações ribeirinhas do concelho de Santarém. Trata-se de uma questão civilizacional, de justiça e de direitos humanos.---

--- O ALVIELA é um todo da nascente à foz, que deve ser limpo, desentupido tratado e requalificado, dos Olhos de Água a Vale de Figueira, passando por Vaqueiros, Pernes (o aprazível Mouchão Parque e as célebres Quedas de Água, ex-libris da região) e São Vicente do Paúl, e deve ser considerado um rio de lazer, actor de desenvolvimento e de progresso, com particular incidência nos aspectos turísticos, de desporto e de tempos livres e lazer.-----

--- É esse o nosso natural objectivo central.-----

--- Para o futuro, e o futuro começa hoje, importa clarificar e renegociar de imediato o Protocolo com a EPAL, de modo a manter-se o caudal ecológico, não para diluir e esconder os efluentes, mas para manter condições de vida no Rio.-----

--- Porque as questões de ambiente são questões de planeamento e ordenamento, mantém-se a necessidade imperiosa de elaboração de um fundamental e estratégico Plano

de Bacia do Alviela (o Conselho de Bacia instalado, em Santarém, sob a presidência do então Secretário de Estado do Ambiente, Poças Martins, há quase uma década, nunca reuniu).-----

--- Ao fim de décadas de poluição química e industrial, também as implicações na saúde das populações devem ser objecto de rastreios e estudos, que despistem e diagnostiquem eventuais efeitos e doenças.-----

--- Tudo isto já foi dito e redito ao longo dos anos. Com sucessivos e diversos Governos e responsáveis técnicos, ninguém pode dizer que ignora, desconhece ou não sabe. -----

--- E, porque o Ministério do Ambiente não pode nem deve, sob qualquer pretexto, abandonar o Sistema de Alcanena à sua sorte, é absolutamente indispensável que o OE contemple as verbas já quantificadas, para concluir o Sistema e renovar os cerca de trinta quilómetros da rede de colectores prematuramente danificados, e que constituem um autêntico barril de pólvora, inviabilizando, assim, o tratamento dos efluentes. -----

--- Este processo não deve mais ser adiado, e a respectiva informação deve estar disponível para as Autarquias envolvidas, que devem acompanhar todo o processo. -----

--- Os dois últimos anos (dois mil e três e dois mil e quatro) foram de crises cíclicas no ALVIELA, com frequentes mortes de peixes, sempre denunciadas, com o respectivo processo endereçado à tutela, e que prenuncia ausência de condições de funcionamento dos Sistema de Alcanena/ETAR, que tem necessidade de utilização amiúde dos “by-pass”, segundo as suas próprias informações.-----

--- Mas, tais factos também significam que o Rio tinha um surpreendentemente índice de regeneração e repovoamento piscícola, graças ao continuado esforço da população, que foram infelizmente posto em causa, num retrocesso ambiental inexplicável e deveras preocupante.-----

--- Tal reforça naturalmente as responsabilidades do Ministério do Ambiente neste processo ambiental, económica, social e de saúde pública, que deve ser concluído quanto antes. -----

--- Nesse sentido, o novo Governo do PS tem que colocar em mãos o ALVIELA e lançar

mãos à obra, para resolver de vez a questão, em conformidade com os estudos existentes, a vontade expressa das populações e seus autarcas, bem como dos agentes económicos envolvidos.-----

--- Assim, dentro deste espírito e enquadramento, a Assembleia Municipal de Santarém, reunida em sessão ordinária, no dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e cinco, delibera:-----

--- Apelar ao novo governo do partido socialista saído das eleições de vinte de Fevereiro último, para que retome o processo “Alviela” e implemente as soluções necessárias á sua conclusão, no mais curto espaço de tempo possível”.-----

--- Interveio o senhor **Vicente Batalha** fazendo a apresentação da Moção em epígrafe, considerando que ao iniciar-se um novo ciclo político a questão do Alviela tem de estar em cima da mesa dos nossos governantes.-----

--- Dada a inexistência de mais intervenções, o senhor presidente da assembleia submeteu a votação a Moção, tendo sido **aprovado por unanimidade**.-----

--- Tendo em conta a urgência deste assunto e o preceituado no número três, do artigo noventa e dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta dos **Pontos Dois, Três, Quatro, Cinco e Seis**, tendo sido **aprovados por unanimidade**. ----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, no qual interveio o senhor **Carlos Rodrigues** referindo que duas instituições privadas disponibilizaram espaços condignos para a instalação da Secretaria de Estado da Agricultura em Santarém.-----

--- Considerou ainda que a ida da mencionada Secretaria de Estado para a Golegã reflecte e manifesta que em Santarém não há uma estratégia definida quanto ao desenvolvimento e ao futuro do concelho.-----

ACTA Nº. 26/2005
Sessão de 28 de Fevereiro de 2005

--- Concluiu, afirmando que a discussão aqui havida deveria ter ocorrido antes da decisão ter sido tomada.-----

--- Depois, foi dada a palavra ao senhor **Ramiro Matos** referindo terem sido os elementos do PS, na Câmara Municipal, que tentaram todos os meios para se justificarem à população.-----

--- Lamentou que este tipo de problemas sejam assumidos como questões político/partidárias e não como defesa dos interesses de Santarém, salientando não se lembrar do senhor Presidente da Câmara ter convocado os membros do Executivo de modo a se encontrar uma solução para o assunto. -----

--- Considerou estar na altura de haver um pacto de regime em Santarém, de modo a assumir, por todos, a crise da perda de capitalidade que envolve Santarém, mas caberá ao Senhor Presidente da Câmara liderar o processo.-----

--- Eram zero horas e trinta minutos do dia seguinte, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.-----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

-----**O PRESIDENTE**-----

-----**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**-----

-----**O SEGUNDO SECRETÁRIO**-----